



Bom Dia Brasil - 12 Abr 2004

Novo papel das agências

Depois de meses de espera, consulta pública e muita discussão, ficou pronto o projeto de lei que muda a atuação das agências reguladoras. A mensagem vai ser enviada hoje ao congresso pelo presidente Lula.

O objetivo do governo é atrair o dinheiro dos investidores privados para programas de infra-estrutura.

A que agradou foi a idéia de dar independência à diretoria de cada agência que terá o papel de fiscalizar o serviço ao consumidor. Com isso, o governo espera atrair o investidor que estava aguardando a definição de papéis e o dinheiro para projetos de infra-estrutura.

A maioria das agências reguladoras foi criada depois das privatizações no governo Fernando Henrique para controlar a oferta de serviços públicos, como energia elétrica e telefone, e fiscalizar a qualidade do que é oferecido ao consumidor. O governo Lula, agora, propõe mudanças.

Pelo projeto de lei que deve seguir hoje para o congresso, volta para os ministérios o poder de dar concessão para uma empresa privada explorar um serviço público.

As agências devem continuar fiscalizando os serviços e cobrando melhorias.

Mas o governo vai fazer um contrato com cada agência. Elas terão que cumprir metas de desempenho e prestar contas regularmente.

Com as novas regras o governo quer dar mais segurança para os investidores e abrir espaço para uma melhor fiscalização dos serviços.

Os diretores e o presidente de cada agência, que são aprovados pelo Congresso, passarão a ter mandatos fixos e estabilidade no cargo. Nem o presidente da República poderá demitir a diretoria de uma agência.

A nova proposta do governo agradou a políticos e investidores, mas eles ainda querem debater melhor o projeto e talvez propor algumas mudanças.

"Este projeto que está sendo apresentado é bem melhor do que o projeto que foi colocado em consulta pública. Muito melhor, dá muito mais tranquilidade ao investidor e o que nós da Frente Parlamentar buscamos é dar às agências cada vez mais a representação do estado e não do governo", diz Ricardo Barros, presidente da Frente Parlamentar das Agências Reguladoras.

"A estabilidade dos presidentes é fundamental para preservar uma certa independência, uma certa neutralidade, indispensável ao papel das agências. O contrato de gestão pode ser uma faca de dois gumes extremamente perigosa", explica Claudio Sales, presidente da Câmara de Investidores em Energia Elétrica.

Alguns parlamentares estavam alertando para a falta de tempo para discussão e votação de um projeto como este. As eleições municipais de outubro, em pouco tempo, vão deixar o congresso vazio.